

Ata da Décima Segunda Sessão Extraordinária, do primeiro ano da Décima Quinta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos vinte seis de dezembro de dois mil e treze, às dezesseis horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Alfredo Chiavegato Neto. Vice-Presidente Sr. Adilson José Abracez. Secretários Srs. Rita de Cássia Siste Bergamasco e Ângelo Roberto Torres. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador William de Souza Silva para proferir o seguinte texto: Livro do Eclesiástico – Capítulo 30, versículos 21 a 25: “Não se deixe dominar pela tristeza, nem se aflija com preocupações. Alegria do coração é vida para o homem, e a satisfação lhe prolonga a vida. Anime-se, console o coração e afaste a melancolia para longe. Pois a melancolia já arruinou muita gente, e não serve para nada. Inveja e ira encurtam os anos, e a preocupação faz envelhecer antes do tempo. Coração alegre favorece o bom apetite e faz sentir o gosto da comida.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Adilson José Abracez, Alexandre da Silva Santos, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Romilson Nascimento Silva e William de Souza Silva. Deixou de comparecer o Sr. Rodrigo da Silva Blanco. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, comunicando que aquela sessão fora previamente convocada para que a Casa deliberasse a respeito de matéria abaixo relacionada, motivo pelo qual, deu início à Ordem do Dia: Primeiramente, foi feita a leitura do Ofício DER n.º 131/2013 encaminhando Projeto de Lei Complementar que substitui os Anexos I (Quadro Geral de Cargos), VII (Quadro de Cargos Efetivos e Funções de Confiança da Guarda Municipal) e VIII (Quadro de Cargos Efetivos e Funções de Confiança do Corpo de Bombeiros Civil Municipal), da Lei Complementar Municipal n.º 209/2012, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único Estatutário, Regime Próprio de Previdência Social e Plano de Cargos, Carreiras, e Vencimentos dos servidores públicos, integrantes do quadro funcional da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Jaguariúna, e dá outras providências. A seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Romilson Nascimento Silva como Relator Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual suspendeu a

Sessão. Decorrido tempo necessário para a elaboração do parecer, o Sr. Presidente reabriu a Sessão e determinando a leitura do Parecer do Relator Especial designado. A seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei Complementar nº 027/2013, do Executivo Municipal, que substitui os Anexos I (Quadro Geral de Cargos), VII (Quadro de Cargos Efetivos e Funções de Confiança da Guarda Municipal) e VIII (Quadro de Cargos Efetivos e Funções de Confiança do Corpo de Bombeiros Civil Municipal), da Lei Complementar Municipal nº 209/2012, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único Estatutário, Regime Próprio de Previdência Social e Plano de Cargos, Carreiras, e Vencimentos dos servidores públicos, integrantes do quadro funcional da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Jaguariúna, e dá outras providências; (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, III do R.I. cc art. 42 da LOM). Em Discussão, pediu a palavra o Sr. Willian de Souza Silva, que cumprimentou a todos dizendo que ele tinha uma só, uma dúvida lá, questionando se foram criados mais dois cargos de coordenador, se já existiam e se de inspetor também já existiam os oito, era só aquela dúvida que ele tinha; a seguir fez uso da palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto, dizendo que não houve nenhuma criação de cargos, que tinha sido somente uma adequação, havia tido um lapso na transcrição da lei nova, duzentos e nove, e não tinha sido colocado um número que, atualmente, existia de guardas municipais, deixou um número de quarenta e poucos e, atualmente, tinham setenta e dois, então só tinha sido uma correção com relação ao número de cargos; a seguir, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei Complementar nº 027/2013, do Executivo Municipal, que substitui os Anexos I (Quadro Geral de Cargos), VII (Quadro de Cargos Efetivos e Funções de Confiança da Guarda Municipal) e VIII (Quadro de Cargos Efetivos e Funções de Confiança do Corpo de Bombeiros Civil Municipal), da Lei Complementar Municipal nº 209/2012, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único Estatutário, Regime Próprio de Previdência Social e Plano de Cargos, Carreiras, e Vencimentos dos servidores públicos, integrantes do quadro funcional da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Jaguariúna, e dá outras providências, o qual foi aprovado por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura do Ofício DER nº 132/2013 encaminhando Projeto de Lei Complementar, que institui o Programa de Incentivo Fiscal ao Desenvolvimento Empresarial do Município de Jaguariúna – PRODEJ Serviços - para concessão de incentivos fiscais a pessoas jurídicas estabelecidas ou que vierem a se estabelecer no Município de Jaguariúna. Em seguida Sr. Presidente

designou o Vereador David Hilário Neto como Relator Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual, suspendeu a Sessão. Decorrido prazo necessário para elaboração do parecer o Sr. Presidente reabriu a Sessão e determinou a leitura do Parecer do Relator Especial designado. A seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei Complementar nº028/2013, do Executivo Municipal, que institui o Programa de Incentivo Fiscal ao Desenvolvimento Empresarial do Município de Jaguariúna – PRODEJ Serviços - para concessão de incentivos fiscais a pessoas jurídicas estabelecidas ou que vierem a se estabelecer no Município de Jaguariúna (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, I do R.I. cc art. 42 da LOM). Em Discussão, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos, que cumprimentou a todos, pedindo primeiramente desculpas porque ele não pôde participar da reunião na Câmara, naquele dia, às onze horas, por causa do trabalho, porque era final de ano e ele tinha de ficar atento, que a Câmara tinha de devolver o dinheiro e tinha de ficar atento para não deixar passar nada, tinha de pagar tudo e devolver o saldo e não foi possível participar e até o que ele ia levantar lá tinha sido motivo de discussão na reunião, era importante, o Município estava em isenção do IPTU e ISS e depois tinha a contrapartida o ICMS que acabava elevando o índice de participação do Município e, em consequência disso, melhorando a participação do ICMS, mas muita gente questionava os Vereadores que as empresas vinham para o Município e não davam a preferência na contratação de moradores de Jaguariúna, por isso que ele pensou que eles poderiam colocar um artigo naquela lei sem prejudicarem o andamento da vinda das empresas mas, pelo menos para demonstrar que os Vereadores estavam atentos com relação àquele tipo de coisa e o que eles poderiam colocar que a contratação seria preferencialmente de moradores residentes no Município, não obrigatoriamente; o pessoal da empresa quando pegava a cópia da lei para dar uma olhadinha, poderia ver lá que se tivesse duas pessoas lá concorrendo ao mesmo cargo e poderia dar preferência para o morador de Jaguariúna, ele até tinha feito junto com o Chico uma redação falando que as empresas beneficiárias do programa de incentivo fiscal ao desenvolvimento empresarial ao Município de Jaguariúna, de que tratava aquela lei complementar se comprometeriam na contratação de pessoas preferencialmente residentes no Município de Jaguariúna, o que não era obrigatoriamente, mas pelo menos ele achava que teria alguma coisa na lei; disse que ele iria votar favorável à lei, independente da concordância dos nobres Vereadores, mas ele achava que seria interessante, se não prejudicasse a finalidade da lei eles poderiam estar colocando mais um artigo lá; a seguir, pediu a palavra o Sr.

Adilson José Abracez que cumprimentou a todos e disse ao nobre Vereador amigo, Bozó, que ele achava que aquela era uma coisa inócua e além do que mostrava que eles não estavam antenados com a situação econômica do mundo, só do Município, porque o conhecimento era uma coisa que não tinha fronteira, o que eles queriam era que quanto mais gente que tivesse conhecimento e capacidade estivessem lá, muitos que estavam lá sentados, não eram pessoas de Jaguariúna, então, ele entendia que não era preferencialmente, mas ia imaginar que primeiro era inócua e segundo, se fosse tudo preferencialmente, preferencialmente eles votavam a intenção de Jaguariúna, preferencialmente não teriam aquela miscigenação de conhecimento, aquela troca de informação, aquela troca de conhecimento, então o conhecimento não tinha fronteira, era bom para eles; outra coisa importante era que para as empresas, o conhecimento, aquilo que ela poderia trazer de melhor conhecimento, era a melhor ferramenta que ela tinha ainda naquela área, principalmente naquela área, dava um doce para a empresa e amarrava um bode no pé dela, não podia e ele achava que não tinha sentido; disse que aquelas pessoas que iam chegar, poderiam ser futuros moradores de Jaguariúna e aquilo ia enriquecer a cultura do Município, o conhecimento, então, eles não poderiam interferir nas decisões das empresas e seria uma coisa praticamente inócua, não teria sentido e mostraria um certo coronelismo deles, uma coisa meio de província, que teriam de fazer isso ou aquilo e o mercado era competitivo, o mercado precisava de gente que tinha vontade e ela poderia estar em qualquer lugar, dentro ou fora do Município, afinal de contas eram o Brasil inteiro, ele discordava e pediu desculpas; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos dizendo ao Vereador Adilson que ele, também, pedia desculpas e que ele respeitava muito o Sr. Adilson, mas não tinha sido com aquela intenção, ele sabia que ele não podia estar impondo aquilo também, mesmo para trabalhar no Município, se a pessoa se enquadrasse no que estava disposto, no edital, nem para participar de um concurso público ele sabia que não poderia, ele também concordava, ele achava que as pessoas tinham que melhorar, estudar sempre, procurar um conhecimento melhor mas, ele achava que se tivessem duas pessoas em igualdade de condições, tinha de dar preferência para o morador de Jaguariúna e que, às vezes ficava até difícil para ele estar falando daquela forma porque ele morava em Jaguariúna e trabalhava em outro Município, ele recebia lá e gastava em Jaguariúna, mas se às vezes tivessem pessoas com o mesmo curriculum poderia, sim, dar preferência para o morador de Jaguariúna, aquela seria a intenção sem impor, pelo menos para eles olharem alguma coisa lá e pensarem que, ao invés de contratarem pessoas de outra cidade, ele também

concordava com aquele tipo de coisa que não era naquela intenção, as pessoas cobravam muito, às vezes, por causa daquele tipo de coisa, igual ao outro lá e deram preferência para outra pessoa, mas como ele tinha falado, ele ia votar favorável independente daquela emenda; a seguir, pediu a palavra o Sr. William de Souza Silva, que mais uma vez cumprimentou a todos e pediu licença para discordar do nobre colega o Vereador Adilson e acompanhava em parte o raciocínio do nobre colega o Vereador Bozó, até porque aquele tinha sido um questionamento que ele tinha feito ao Prefeito e ao Secretário Wagner, e tinha sido uma das perguntas que ele tinha feito na presença dos Vereadores que lá estavam naquele sentido, que ele não tinha visto no texto expresso a contratação de funcionários do Município de Jaguariúna e ele falava que a questão lá era a relação de custo benefício, uma vez que estava ocorrendo a renúncia fiscal de impostos, então, ele achava que tinham de valorizar, ele discordava do nobre colega Vereador Adilson que eles não estavam limitando pessoas de virem de fora com um certo conhecimento e sim, que eles estavam incentivando o crescimento organizado, de pessoas lá que já estavam lá há muito tempo na cidade; disse que tinham um índice de crescimento muito alto e aquelas empresas que tinham o benefício da renúncia fiscal, elas que passassem a investir no Município, fazendo parcerias com SENAI, com SESI e outras entidades, capacitando as pessoas do Município e colocava no mercado de trabalho, tinham empresas de alta tecnologia e eram muitos impostos que iriam ser gerados para o Município de Jaguariúna; disse que eram Vereadores de Jaguariúna e que tinham, sim, de defender os interesses da população daqui, de um crescimento organizado, nada impedindo que novas pessoas com conhecimentos específicos viessem para o Município de Jaguariúna, mas ele era favorável, também, àquele tipo de emenda que ele achava que seria uma situação plausível de ser acrescentado na norma que iria regulamentar dentro da atividade deles de Vereador, eles estariam trabalhando em prol da sociedade e colocando aqueles questionamentos que iriam levar e que a ideia do Executivo era bacana independente, daquilo também, ele votaria favorável, ele até aproveitava para agradecer o Executivo numa atitude de convocá-los para uma reunião antes do projeto, que era muito amplo, ele confessou, que não teria condições de discutir aquele projeto lá se não tivessem pelo menos aquela preliminar naquela reunião, mas eles tinham de fazer aquilo sim, no ponto de vista dele, ele gostaria de contar com o apoio dos Vereadores naquele sentido, seria uma forma deles estarem valorizando as pessoas da cidade com aquela questão da obrigatoriedade de contratações de pessoas do Município, tanto preferencialmente, então, aquela era a colocação dele naquele sentido; disse

que ele gostaria que todos analisassem com carinho, desde que ele também colocava uma ressalva ele não sabia se aquela tinha sido uma interpretação, até gostaria que esclarecesse que a reunião que o Prefeito teve, se aquilo tinha sido colocado em questão, se aquilo atrapalharia a tratativa ou alguma outra empresa que gostaria de estar vindo para Jaguariúna, se aquilo iria fazer algum fator de impedimento, ele não gostaria lá, também, de atrapalhar o projeto, mas era importante a observação do nobre colega o Vereador Bozó; pediu desculpas ao nobre colega Vereador Adilson pela discórdia; a seguir, o Sr. Presidente fez uso da palavra e disse aos nobres pares que eles estavam discutindo o projeto e não tinham emenda nenhuma ainda, que era só o projeto que eles estavam discutindo; em seguida pediu a palavra, novamente, o Sr. Adilson José Abruhez, dizendo que quando eles falavam em incentivo estava tentando atrair uma empresa para o Município, então, estavam dando alguma coisa para que tivesse um benefício, e que dava para entender, não existia contrato, não existia nada, ele achava que, por exemplo, por “preferencialmente” era inócuo, então, precisava ter coragem de por “obrigatoriamente”, daí, sim, ele queria ver que empresa chegaria com todos os incentivos; disse que eles tinham de ser sinceros com eles mesmos, tinham de ser sinceros com a população de Jaguariúna, eles não poderiam fazer média para dizer que estavam fazendo uma média, ele estava dizendo que o mundo inteiro era capitalista, eles estavam atraindo empresas do exterior para vir para o Brasil e ninguém no Brasil reprimia ou fazia alguma distinção de que o conhecimento de lá viesse para o Brasil, ele queria dizer que era inócua, não tinha sentido, a não ser para dar uma satisfação e satisfação eles davam lá o tempo todo e ele queria ver, ter coragem de falar que era obrigatório a ter vinte por cento, trinta por cento dos funcionários de Jaguariúna; disse que o que ia acontecer era que a empresa não vinha, eles não teriam empresas, eles estavam dando o doce, oferecendo e esperando-o com um reio na mão, para falar que ele tinha de vir, mas tinha de fazer isso e aquilo, pela ingerência na empresa privada, aquilo fazia parte do capitalismo, fazia parte da evolução do mundo e se todo mundo, todo governo, e tiveram muito daquele governo, aonde ele fazia ingerência nas coisas privadas, ele não se deu bem, não tiveram progresso, não tiveram nada e o que ele quis dizer era que, ou eles iam lá e faziam um parágrafo no artigo, dizendo vinte por cento estava reservado, porque fazer “obrigatório”, fazer “preferencialmente” não tinha sentido, não tinha nada, era, simplesmente, fazer um agrado, dar uma satisfação e a satisfação que eles queriam dar para a população de Jaguariúna era levar aquela empresa para Jaguariúna para levar os benefícios fiscais, para levar os empregos para aqueles que tinham competência e para quem queria e quem

queria trabalhar, aberto para todos, não era contra o cidadão de Jaguariúna, nem contra cidadão de lado nenhum, o conhecimento tinha de andar, tinha de evoluir e as oportunidades tinham de ser para todos, eles estavam fazendo uma renúncia, nem renúncia fiscal, eles estavam dando um fomento para que a empresa viesse e se eles tirassem aquele incentivo, amarrassem ou fizessem alguma coisa, tivessem algum entrave, a empresa não vinha e eles iam ficar lá chupando o dedo; a seguir, pediu a palavra o Sr. Fábio Augusto Pina, que cumprimentou todos os presentes e disse que ele só queria lembrar que teve uma época lá, ele achava que em dois mil e dez, perderam uma multinacional, a Toyota, no caso, por causa daquele tipo de discussão dentro daquela Casa, porque tinha vazado o nome da empresa, vazado emenda que não existia, por causa de interesses particulares de pessoas lá, que estavam lá dentro e todo aquele tipo de coisa, e tudo o que ele gostaria era que a empresa viesse, ele não sabia que empresa era, não interessava para ele saber a empresa, ele não queria saber naquele momento, mas ele achava que eles tinham de pensar no benefício do Município; ele pediu até desculpa pela discordância e que o perdoassem pela colocação, mas ele achava que era um ato político e ele achava que eles faziam política no dia a dia e que eles tinham de tomar um certo cuidado, às vezes, ele achava que existiam outros tipos de coisas que eles poderiam fazer para capacitar mais as pessoas de Jaguariúna, para qualificar mais, para colocar no mercado de trabalho próximo da casa e não seria uma emenda de três ou quatro linhas que obrigaria, ele achava que tinham de buscar e incentivar a trazer mais empresas, mais empregos, mais arrecadação ao Município, ele concordava quando o Adilson disse que estavam num mundo capitalista, então, o receio dele era que numa discussão daquela acabasse gerando, porque a empresa ia acabar sabendo da discussão, então, eles tinham de tomar muito cuidado e lógico que ele queria que o povo de Jaguariúna, todo mundo estivesse empregado, mas para isso tinha de ter programa de capacitação, os Vereadores se unirem junto ao Prefeito, junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, fazer reunião junto às empresa que já estavam no Município, aquela era a opinião dele e ele só queria deixar aquilo registrado, não era que ele era contra em empregar as pessoas de Jaguariúna, pelo contrário, ele queria que as pessoas de Jaguariúna fossem empregadas dentro de seu próprio Município, até para não perderem empresas de grande porte que trariam arrecadação, então, tinham de tomar um pouquinho só de cuidado porque perderam uma multinacional naquele mesmo estilo, naquela mesma brincadeira, e brincadeira era o modo dele falar, que não entendessem errado; em seguida, fez uso da palavra mais uma vez, o Sr. Presidente dizendo que ele só gostaria de dizer que aquele

projeto de lei era mais voltado para a empresa Stefanini, ela tinha uma gama de funcionários muito grande, mas a maioria dos funcionários dela não trabalhava em Jaguariúna, ela colocava postos de serviços em várias cidades, em empresas pelo Brasil inteiro, toda a centralização da folha de pagamento e dos seus impostos eram em Jaguariúna, então, fazer aquele limitador para aquele tipo de empresa, dar preferencialmente a vaga para o funcionário de Jaguariúna era meio complicado, porque às vezes não tinham todo o pessoal capacitado para aquele tipo de serviço, ele sabia que teria no Município “call centers”, “data centers”, e que requeriam pessoas menos qualificadas, e a empresa era lógico que ia pegar de Jaguariúna, não ia pegar de fora porque ela sabia que tinha o custo do transporte mais barato, então, dependia da atividade ia atrair, realmente, e ia abrir postos de serviços para o pessoal de Jaguariúna, mas aquela, especificamente para a Stefanini, ele acreditava que não, que estava se falando era arrecadação de recursos, disse que ele não votava naquele projeto mas ele achava que, realmente, era inócuo fazer uma proposta naquele sentido, tendo aquela preferência, porque era lógico que se a empresa pudesse contratar do Município ela ia contratar porque ela, tendo a mão de obra aqui, ficaria mais barato, mas ele achava que não seria viável naquela momento com relação àquele projeto; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos, dizendo que não era questão de coragem, o que ele estava fazendo era pensando no cidadão e como ele falou não estava pensando em colocar coisa para prejudicar a vinda de uma outra empresa ou a continuidade de uma empresa que já estivesse instalada no Município, não era aquilo, a intenção era pensar no trabalhador de Jaguariúna, no morador de Jaguariúna, não era questão de mérito, não era questão de nada, aquela era a intenção, não era questão de coragem, não era questão de nada, não era questão de pretensão futura, mas era pensando no morador, no trabalhador de Jaguariúna; lembrou que eles visitaram em outra época as empresas do Município, pediram a preferência e não era imposição, não era nada, era pedindo a preferência na contratação do morador de Jaguariúna, aquilo seria tipo de um lembrete e o que eles não queriam era prejudicar e se eles colocassem um percentual e vinha uma empresa com dez mil funcionários, até poderia vir, daí colocava trinta por cento no Município não tinha mil naquele determinado seguimento, daí diz que amarrou mas, não era aquilo, não era questão de coragem, não era questão de nada, era pensando no trabalhador de Jaguariúna, simplesmente aquilo e ele nem pensou que aquilo geraria uma discussão daquela forma, com relação a isso, simplesmente foi uma ideia que ele teve, e infelizmente ele não pôde participar daquela reunião que ocorreu no Executivo, pelos motivos que ele já

tinha falado lá e ele também sabia, porque conversando com outro Vereador, que foi o Guga que foi um assunto que foi discutido lá e conversaram a respeito, simplesmente isso; agradeceu a todos e disse que de qualquer forma ele reiterava lá e ia votar favorável àquela lei porque ele sabia que tinha um retorno e que o Município deixava de arrecadar o IPTU, o ISS. Mas, em contrapartida ele tinha o ICMS maior; a seguir, pediu a palavra o Sr. William de Souza Silva, que mais uma vez cumprimentou a todos dizendo que ele gostaria de reforçar ao nobre colega Vereador Bozó que mais uma vez ele concordava com ele e esclareceu, também, ao Vereador Fábio Pina que aquilo era fazer política, sim, e era fazer políticas públicas, inclusive sociais, que era uma das funções sociais da norma que era de atingir a função social e ele concordava com o Vereador que eles deviam, sim, atender aos interesses da sociedade local e em nenhum momento estava expresso e estava colocado que a questão do percentual ou de emprego do morador de Jaguariúna ia impedir a vinda da empresa para o Município; disse que ele não participou das reuniões e muitos moradores não tinham participado da reunião com os futuros empresários e aquilo não era fator impeditivo, da questão da vinda ou não, eles não tinham aquele fator lá de uma forma clara para poderem tirar aquilo como parâmetro; falou que ele se dirigia ao Vereador Adilson para que ele colocasse as palavras dele de uma forma moderada e também, às vezes, quando ele tinha de falar ele ficava de boca calada como muitos Vereadores fizeram, que média ele não foi lá fazer, ele não saiu da casa dele para ir lá participar das discussões, para fazer média, ele defendia, sim, interesses da sociedade e no ponto de vista dele, as pessoas que ele representava e se ele colocou uma situação da forma que ele achava que tinha de colocar, ele colocava da forma única exclusiva que ele entendesse bem e se ele foi lá para fazer média, e se ele tinha ido lá fazer média, que ele fizesse no mandato dele, porque ele fazia do jeito dele no mandato dele, do jeito que ele entendesse; disse que ele concordava com o Vereador Bozó que colocou uma situação importantíssima de defender interesses sociais, de inclusive, um caráter social era atingir aquela taxa de desemprego alta que tinha e no ponto de vista dele, aquilo não impedia a empresa e nem minimizava nenhum Vereador lá de questão de coragem, porque coragem eles tinham sim e se tivesse que colocar na norma, ele colocava na emenda obrigatoriedade, porque medo ele não tinha, falou ao Vereador Adilson, muito menos de estar lá representando as pessoas que confiaram lhe o voto e ele estava lá representando, plausível, não era inócuo, era plausível a situação, inclusive tinha sido uma situação que ele colocou na reunião com o Prefeito e deviam colocar aquela questão e defender a população de Jaguariúna,

ao contrário daquilo, eles estariam lá fazendo média e não defendendo o interesse das pessoas; a seguir, o Sr. Presidente solicitou que todos se ativessem ao projeto, senão eles iam ficar discutindo um com o outro lá; em seguida, pediu a palavra, novamente, o Sr. Fábio Augusto Pina, dizendo que ele só pedia desculpas para discordar do nobre Vereador que alterava a voz e era bonito de ver e ele gostava daquelas coisas, ele achava bonito, parabenizou o Vereador e disse que um dia ele ia chegar lá ainda; falou que ele achava que ninguém estava lá para fazer média com ninguém, ele achava que eram várias colocações, uma discussão bem acalorada e era por isso que eles estavam lá representando a população de Jaguariúna, ele, graças a Deus, pela terceira, e esperava que ele alcançasse muito mais do que aquilo e que fossem muito mais longe do que aquilo e cada um defendendo o seu ponto de vista e ele acreditava que primeiro tinham de tentar trazer a empresa e defender, ele queria reinterar lá, que ele achava que era uma emenda política, sim, e não era política social, não, aquele tipo de situação, que ficasse bem claro e ele achava que tinha de trazer e assim fazer a parte social, capacitando as pessoas e eles fazerem um trabalho social, indo até as empresa, treinando as pessoas, indicando, aquele era o ponto de vista dele, mas ele respeitava o do amigo; e quando o Adilson disse que era uma emenda que não ia surtir efeito prático, ele concordava com o Adilson, respeitando o nobre Vereador de cinco mandatos também, o Bozó, que tinha uma vasta experiência que muito o ensinou, como a primeira vez foi ele que ensinou e estava ensinando muito até aquele momento, com muito respeito e sabedoria, era só isso, e ele gostava daquele tipo de discussão, era muito bacana, ele achava que eles precisavam de um pouco mais de tempo também, mas aquele negócio de coragem, eles tiveram coragem de sair candidatos que era o mais difícil, dar a cara para bater na rua e lá eles estavam representando a população de Jaguariúna e eles tinham de estar unidos e cada um tinha o seu ponto de vista, eles tinham de tentar achar um meio termo, algo mais tranquilo para eles resolverem de uma maneira ou de outra; desejou uma boa tarde a todos; a seguir, pediu a palavra o Sr. Romilson Nascimento Silva, que depois de cumprimentar a todos, disse que ele queria deixar a opinião dele também lá e, de início, ele ia concordar com o Bozó e ele achava que se não tivesse nada que fosse atrapalhar a empresa vir para Jaguariúna, ele não via nada de mais em acrescentar a preferência, ele era contra a obrigatoriedade, porque ele achava que a obrigatoriedade, não porque era uma empresa complexa, eram cargos complexos e não daria simplesmente como colocar o de Jaguariúna não ia dar certo, e falou ao Zidane que ele só discordava naquele sentido e que eles não poderiam ser insanos, também, de querer colocar uma obrigatoriedade e que no

momento eles tinham de ser responsáveis e saber que aquela empresa, daquele porte, não teria todo o pessoal de Jaguariúna capacitado naquele momento, então caberia fazer como o nobre colega Fábio Pina tinha falado, tinha de capacitar as pessoas pela Faculdade, SENAI, ele achava que seria daquela forma; disse que concordava com o Adilson e que conhecimento nunca era demais, o que viesse era sempre bem vindo; concordava com o nobre Presidente que tinha falado naquela linha e com o Bozó que tinha sido bem centrado da parte dele, e que ele não viu como politicagem de ninguém e o nobre Vereador Zidane disse que era plausível dar aquela preferência a Jaguariúna, não obrigar, porque obrigar como ele falou e reiterava, ele não concordava, porque como o Adilson tinha falado, a empresa era privada e eles não poderiam querer mandar no seguimento da empresa; em seguida, pediu a palavra a Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco, que cumprimentou a todos e disse que ela só queria fazer uma colocação que ela achava que eles estavam discutindo um projeto importante, que existia uma questão muito maior, e pediu desculpas ao Bozó, mas que era de empregar ou não o pessoal da cidade, e tirou como exemplo, falando que quando receberam a Motorola, era para lembrar o tenta de emprego que a Motorola tinha gerado dentro do Município, então, ela achava que se eles se ativessem naquele dia, em questões daquele porte, eles poderiam estar perdendo lá uma situação que futuramente iria gerar emprego, iria trazer mais dinheiro para o Município, iria ser possível o Município construir mais creches, fazer políticas públicas muito maiores e a discussão do projeto naquele dia era isso, era eles conseguirem trazer a empresa e depois verem o que ia acontecer, se eles não tivessem feito aquela discussão na Motorola na época, talvez a Motorola não tivesse vindo para Jaguariúna e o Município não teria atualmente o ICM que tinha de arrecadação e feito todas as políticas públicas que foram feitas e ela via daquela forma; agradeceu a todos; em seguida, o Sr. presidente suspendeu a sessão por alguns minutos e pediu para que os nobres pares se reunissem; terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a sessão, colocando o Projeto de Lei Complementar nº028/2013, do Executivo Municipal, que institui o Programa de Incentivo Fiscal ao Desenvolvimento Empresarial do Município de Jaguariúna – PRODEJ Serviços - para concessão de incentivos fiscais a pessoas jurídicas estabelecidas ou que vierem a se estabelecer no Município de Jaguariúna o qual foi aprovado por unanimidade de votos. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente encerrou a Sessão. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Referente à Ata da 12ª Sessão Extraordinária, realizada em 26 de dezembro de 2013.

Vereador Alfredo Chiavegato Neto
Presidente

Vereador Adilson José Abracez
Vice Presidente

Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco
Primeira Secretária

Vereador Ângelo Roberto Torres
Segundo Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

